



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

**RESOLUÇÃO Nº 454/01**

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**SESSÃO DE: 20/09/01**

**PROCESSO Nº 1/003249/99**

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/9912316**

**RECORRENTE: SANDRA INÊS TENÓRIO KRETSCHMER TAVARES**

**RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

**CONSELHEIRO RELATOR: Raimundo Ageu Moraes**

**EMENTA:** ICMS. OMISSÃO DE VENDAS. LEVANTAMENTO ESPECÍFICO DE ESTOQUE. Constatou-se que a autuada, no período de janeiro a agosto de 1999, efetuou vendas de mercadorias desacobertas de documentação fiscal, infringindo, assim, o disposto nos arts. 169, inc. I, e 174, inc. I, do Decreto nº 24.569/97. Confirma-se a decisão de PROCEDÊNCIA da ação fiscal proferida na Primeira Instância. Decisão por unanimidade de votos.

**RELATÓRIO:**

Na peça basilar do presente processo, relata o autuante ter constatado, através de levantamento quantitativo de estoque - relativo ao período de janeiro a agosto de 1999-, que a empresa autuada promoveu vendas de mercadorias desacobertas de documentos fiscais, no montante de R\$ 2.863,00 (Dois mil, oitocentos e sessenta e três reais).

Após indicar os dispositivos legais infringidos, o autuante sugere a aplicação da sanção prevista no art. 878, inc. III, alínea "b", do Decreto nº 24.569/97.

Instruem a ação fiscal os seguintes documentos: Ordem de Serviço nº 1999.13705, Termo de Notificação nº 1999.07873, Informações Complementares - onde a acusação fiscal é ratificada -, Inventários inicial e final, planilhas de entradas e de saídas de mercadorias e Relatório Totalizador Quantitativo de Estoque de Mercadorias e tabela de preços resumida.

A autuada não impugnou o feito fiscal, pelo que foi lavrado o Termo de Revelia de fls. 101 dos autos.

PROCESSO Nº: 1/003249/99

Na Instância Singular, o ilustre julgador decidiu pela procedência da ação fiscal.

Contra a decisão condenatória de 1º grau, a autuada interpõe recurso voluntário (v. fls. 113/122), o qual adiante será apreciado.

A douda Procuradoria Geral do Estado, acatando o Parecer nº 414/01 - emitido pela Consultoria Tributária -, se pronuncia pelo conhecimento do recurso voluntário, negando-lhe provimento, para o fim de confirmar a decisão condenatória proferida na Primeira Instância.

É o relatório.

#### **VOTO DO RELATOR:**

Na peça exordial do presente processo, relata o autuante ter constatado, através de levantamento quantitativo de estoque - relativo ao período de janeiro a agosto de 1999-, que a empresa autuada promoveu vendas de mercadorias desacobertas de documentos fiscais, no montante de R\$ 2.863,00 (Dois mil, oitocentos e sessenta e três reais).

Há de ser mantida, em todos os seus termos, a decisão proferida em primeiro grau, de procedência do feito fiscal.

No caso concreto, não resta dúvida de que a autuada, de fato, cometeu o ilícito denunciado na peça exordial, o qual se encontra embasado no Relatório Totalizador do Levantamento Quantitativo de Estoque de Mercadorias, anexo aos autos.

Com efeito, a ação fiscal que se vale de levantamento específico-quantitativo de estoque de mercadorias é tida como uma das mais seguras para se detectar possíveis infrações à legislação do ICMS, no que diz respeito à falta de recolhimento de imposto num determinado período.

Pois foi através desse tipo de fiscalização, onde se fez o cotejamento quantitativo entre o estoque inicial, as entradas, o estoque final, a saída real e a saída com documento fiscal - referente ao período de janeiro a agosto de 1999 -, que a comissão fiscalizadora comprovou que a autuada, de fato, omitiu vendas de mercadorias no mencionado período.

O recurso interposto não se presta para ilidir a acusação fiscal. Em suma, a recorrente se apega em três pontos para refutar a acusação fiscal, quais sejam: Nulidade da ação fiscal, pelo motivo da mesma conter vícios processuais; no mérito, alega que o agente do Fisco trabalhou de forma displicente, uma vez que, tratando-se de processo de baixa cadastral, queria mais era se livrar de mais um processo; por fim, solicita a realização de perícia.

Como dissemos acima, os argumentos de recurso, embora sejam relativamente extensos, não têm força para descaracterizar a ação fiscal. Na verdade, as razões aduzidas pela recorrente enveredam por caminhos que buscam denegrir a imagem do agente autuante, deixando de apresentar contraprovas que pudessem, efetivamente, desconstituir o presente lançamento. Por esse motivo, como forma de rebater tais argumentos, basta que nos inclinemos para as fundamentadas razões apresentadas pela ilustre consultora tributária, em seu Parecer nº 414/01 – o qual foi acatado na íntegra pela douta Procuradoria Geral do Estado –, senão vejamos, *verbis*:

“Ao contrário do que argumenta o contribuinte, preliminarmente, deve-se afastar a nulidade suscitada, porquanto não há nos autos falhas ou vícios que tornem nulo o presente lançamento.

“Relativamente ao mérito, a recorrente contestou os trabalhos desenvolvidos pelo autuante, no entanto, a infração está plenamente configurada através do totalizador do levantamento quantitativo de estoque de mercadorias às fls. 08/10 dos autos.

“Oportuno dizer que não basta somente requerer exame pericial, é necessário que a recorrente demonstre que os trabalhos desenvolvidos pelo autuante contém falhas ou erros.

“Na verdade, não merece acolhida a perícia solicitada pela recorrente, já que ela não trouxe aos autos elementos que justificassem a sua realização.

“Quanto à improcedência requerida, esta não prospera, uma vez que não foi apresentada nenhuma documentação contrapondo a infração descrita na inicial.”

Com efeito, ao promover vendas de mercadorias desacobertas da documentação fiscal correspondente, a acusada infringiu o disposto nos arts. 169, inc. I, e 174, inc. I, do Decreto nº 24.569/97, ficando sujeita à sanção capitulada no art. 878, inc. III, alínea "b", do referido Decreto.

Por todo o exposto, comungamos com o entendimento da douta Procuradoria Geral do Estado, que, referendando Parecer da Consultoria Tributária, opina pelo conhecimento e desprovemento do recurso voluntário interposto, para o fim de confirmar a decisão monocrática recorrida - de procedência do feito fiscal.

É o voto.

#### DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS E DA MULTA: ..... R\$ 2.863,00

ICMS: ..... (17%) ..... R\$ 486,71  
MULTA: . (40%) ..... R\$ 1.145,20  
TOTAL: ..... R\$ 1.631,91

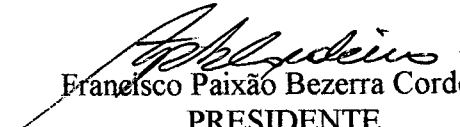
PROCESSO Nº: 1/003249/99

**DECISÃO:**

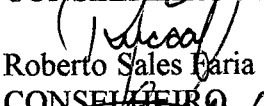
Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente SANDRA INÊS TENÓRIO KRETSCHMER TAVARES e recorrido CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA,

RESOLVEM os membros da Primeira Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento, para o fim de confirmar a decisão CONDENATÓRIA proferida na Primeira Instância, de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

**SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 11 de outubro de 2001.

  
Francisco Paixão Bezerra Cordeiro  
PRESIDENTE

  
Raimundo Agen Moraes  
CONSELHEIRO RELATOR

  
Roberto Sales Faria  
CONSELHEIRO

  
Elias Leite Fernandes  
CONSELHEIRO

  
Marcos Silva Montenegro  
CONSELHEIRO

PRESENTES:

Matteus Viana Neto  
PROCURADOR DO ESTADO

  
Alfredo Rogério Gomes de Brito  
CONSELHEIRO

  
Verônica Gondim Bernardo  
CONSELHEIRA

  
André Luís Fontenele Santos  
CONSELHEIRO

  
Marcos Antônio Brasil  
CONSELHEIRO

CONSULTOR TRIBUTÁRIO